

UMA HISTÓRIA MAL CONTADA

A imagem da mulher nas publicações populares

Aparecida Maria Nunes

Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo
Professora do curso de Comunicação Social do
Centro Universitário do Sul de Minas – Unis/Uemg
Pesquisadora e jornalista

RESUMO

As publicações de cultura popular dirigidas à mulher quase sempre não modificam o mundo de suas leitoras. Ao trabalharem sobre o repertório do público feminino – informando, entretendo e prestando serviço -, esses veículos passam a ser não só um reflexo da vida da mulher, mas da sociedade também. Ao buscar compreender o processo ideologizante das publicações populares femininas, é possível detectar articulações sociológicas e econômicas subjacentes às páginas que tratam de beleza, comportamento, conselhos sentimentais. Para tanto, um rápido percurso sobre a história e a sociologia da mulher no trabalho auxilia a compreender a natureza de tais publicações, o “apartheid” no qual a mulher foi condenada a viver e a herança de silêncios que lhe foi atribuída.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa feminina, cultura popular, comunicação de massa, indústria cultural

Ao analisar a cultura popular, Theodor Adorno¹ assinala o caráter da repetição, da mesmice e da ubiquidade. Tal fato, ao invés de acelerar o processo de conscientização, transforma-se em meio de controle psicológico, minimizando as forças de resistência individual, tornando o indivíduo automatizado.

Se a cultura de massa não é sofisticada, pelo menos, deve ser atualizada, revela Adorno, a fim de corresponder às expectativas de um público supostamente desiludido, atento e calejado. E é esse modelo que as publicações populares, dirigidas à mulher principalmente, emprega. Ou seja, o mesmo molde que delimita os romances populares mais antigos está ainda subjacente às produções da cultura de massa, principalmente da imprensa feminina.

¹ Theodor Adorno. A indústria cultural. In Gabriel Cohn (org.), *Comunicação e indústria cultural*, p. 293.

Nas receitas que prescreve, a imprensa feminina, sobretudo as publicações de cultura popular dirigidas à mulher, não altera os princípios do conformismo e convencionalismo, dando já prontas ao público soluções para seus conflitos. O cotidiano da mulher é captado por tais publicações e a leitora acaba se vendo naquelas páginas, na conversa mansa, no retrato do seu dia. Para Adorno, “quanto mais se materializam e se tornam rígidos os estereótipos na presente estrutura da indústria cultural, tanto menos gente tenderá a modificar as suas idéias preconcebidas com o progresso da sua experiência. Quanto mais opaca e complicada se torna a vida moderna, tanto maior o número de pessoas tentadas a agarrar-se desesperadamente a clichês que parecem impor ordem ao que, de outro lado, é incompreensível”. Assim, conclui Adorno, as pessoas, acostumadas ao uso de óculos azuis e cor-de-rosa, não apenas perdem a verdadeira visão interior de realidade, como também a própria capacidade de experimentar a vida.

Muitos dos assuntos tratados pelas publicações populares dedicadas à mulher, reinterpretados conforme os padrões de comportamento vigentes, falam de trivialidades. São receitas de bolo, cuidados com a beleza, conselhos sentimentais. Enfim, um universo multifacetado que, apesar do caráter eclético, vive à margem do contexto jornalístico. Geralmente, as publicações de expressão popular dirigidas ao público feminino, em busca da novidade para veicular suas matérias, a exemplo da grande imprensa feminina, acabam se transformando em um reflexo da vida cotidiana, da economia doméstica, das relações sociais, dos sonhos, dos desejos e das frustrações da mulher contemporânea.

A análise acadêmica de questões tão “banais”, por incrível que pareça, requer mais cuidado do que se imagina. E, ao rastrear a presença da mulher na História e de como se deu o processo do trabalho feminino na sociedade, poderemos encontrar a natureza da imprensa feminina e das produções de cultura popular dirigidas à mulher, entendendo o desdém que provocam ao se debruçarem sobre temas não-factuais.

Não é intenção minha examinar tais questões exaustivamente, embora sejam apaixonantes. Mas levantar alguns aspectos que nos ajudariam a compreender melhor essas publicações. Por isso, apresento, aqui, algumas das articulações sociológicas e econômicas que estão subjacentes às páginas de futilidades. Sabemos que tais publicações estão intrinsecamente vinculadas à história e à sociologia da mulher no trabalho. E é essa história que nos permitirá levantar alguns dos mecanismos pelos quais a indústria cultural, em especial a imprensa feminina, ajuda a conservar o *status quo* e o fundamento histórico da mitologia, visto que o mito, segundo Roland Barthes, em *Mitologias*, é uma fala escolhida pela história e não poderia surgir da “natureza” das coisas.

DURA VIDA DE MULHER

A história do trabalho das mulheres, na visão de Evelyne Sullerot², é bem diferente da história do trabalho dos homens, embora seu desenrolar adquira importantes evoluções similares.

² Evelyne Sullerot. *A história e a sociologia da mulher no trabalho*. A obra tenta recuperar a história do trabalho feminino, já que o trabalho humano, segundo a pesquisadora, nunca foi examinado no seu conjunto, sob o ponto de vista feminino. Há, portanto, uma lacuna sobre a integração da mulher na sociedade laboriosa de diferentes épocas que Sullerot pretende, através da reflexão de suas leituras e investigações, preencher, mesmo sabendo que o assunto deverá ser completado por outros historiadores.

Tal como os homens, relaciona Sullerot, “as mulheres conheceram sucessivamente a escravatura, a servidão, o artesanato, a aparição da burguesia comerciante, a manufatura, a industrialização, as lutas operárias pelo melhoramento das condições de trabalho, de horários, de salários etc. Tal como os homens, as mulheres conheceram a sucessão dos utensílios de trabalho, da roda ao trator, do tear às máquinas de tecer elétricas, e a diversificação de tarefas, consequência dos materiais trabalhados e das técnicas”³. Mas, mesmo diante dessas constatações, Sullerot objeta que “nem mesmo a história social dos trabalhadores, nem a das técnicas e utensílios, nem a dos métodos de produção ou de organização, podem evidenciar as diferenças profundas que sempre existiram e ainda existem, entre o trabalho das mulheres e o dos homens”⁴.

Na tentativa de explicar essa diferença, Sullerot optou, inicialmente, por definir “trabalho”, que a pesquisadora entende como “uma atividade cujo objetivo é distinto e não pode ser confundido com a atividade em si mesma. O resultado do trabalho é a coisa trabalhada, não é o estado do trabalhador: o ferreiro não ativa a forja para treinar os bíceps, mas para poder produzir uma peça de ferragem”. Portanto, o “trabalho é, por consequência e antes de tudo, uma atividade de transformação”⁵.

Até aqui, a autora não reconhece distinção alguma entre o trabalho produzido pelo homem e o produzido pela mulher. Mas pondera que o exemplo da mulher que prepara o pão ou a refeição nunca foi utilizado como protótipo do trabalhador. Se há trabalho quando ocorre a troca de serviços ou remuneração, como conclui Sullerot, este aspecto também não seria útil para elucidar a questão, porque “nunca se pensou considerar como não-trabalhador o camponês que trabalhava para si próprio, em família, tão querido ao coração de Catão”⁶.

Na visão de Sullerot, essa mentalidade se justifica pelo atraso da mulher em vencer certas etapas na história social. As razões são inúmeras, adverte. Mas há três argumentos que, conforme o estudo que empreendeu, merecem atenção:

1. o da natureza feminina associada aos
2. espaços dentro e fora de casa, além
3. da mulher ser colocada à sombra da prostituição.

Evelyn Sullerot acredita que o fato da mulher carregar seus filhos, alimentá-los e ser considerada fisicamente mais fraca que o homem, acarretou divisões ou tarefas fundamentadas na arbitrariedade e não na fisiologia. Por isso considera que “a impossibilidade de repor problemas em causa, de refutar e de tentar experiências opostas (era essa a condição destas mulheres que viviam nessa ordem, em parte protegidas, em parte dominadas) permitiu o agravamento de condicionamentos milenares, de que não sabemos já muito bem, hoje em dia, onde é que começam e onde é que acabam”⁷.

³ Idem, *ibidem*, p. 11.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 11.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 19.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 20.

⁷ A palavra “ordem”, explica Sullerot (op. cit., p. 23), exprime bem não só um desejo de arranjo sistematizado, mas também a impossibilidade de romper este equilíbrio sem criar um escândalo. Ele é, com efeito, acompanhado de todas as sanções morais e sociais que contribuem para a manutenção de uma ordem. A sua origem profunda é, sem dúvida, o medo da confusão.

Quanto ao conceito do que seja “feminino”, Sullerot apresenta idéia bem diferente da que temos atualmente. A iconografia revela que a mulher egípcia participava da ceifa de cereais. No fábriço do pão, eram tais mulheres que “moíam o grão, em vasos de pedra, com o auxílio de roletes, que faziam girar. Preparavam a farinha e, em seguida, a massa. Mas eram os homens que assavam o pão nos fornos”⁸.

Ao longo dos séculos, as atividades concernentes às mulheres nada tinham do “feminino” que as revistas da cultura de massa insistem em propalar. Não bastando ser a responsável pela reprodução da espécie humana, à mulher competia ainda amamentar e criar os filhos, além de cuidar de outras tarefas relacionadas à subsistência. São elas que esmagam excrementos de vaca para serem utilizados como combustível. São elas também que apanham madeira, serram a lenha e a empilham. São elas mais uma vez que cuidam do vestuário, desde o tosquio de carneiros até o preparo da lã, que será posteriormente tecida por mãos femininas.

SEM HORIZONTE

No século de Péricles, em Atenas, havia 90 mil escravas, repartidas pelas casas de família, pelo comércio e pela indústria. Nas minas de prata ou de ferro, segundo descrição de Evelyne Sullerot, as mulheres separavam o minério da parte não metálica que o envolve, passavam-no no moinho e o lavavam. Nas galerias de algumas minas, as mulheres tinham de apanhar o minério, colocá-lo em cestos e efetuar o transporte curvadas (devido a pouca altura das galerias) pelos poços ou pelas escadas de madeira, até a superfície⁹.

Os espaços, contudo, para a atuação da mulher, examinando os dados fornecidos pela pesquisadora francesa, eram muito limitados. Poucas mulheres sabiam ler e escrever. O pensionato para moças ricas, dirigido por Safo na ilha de Lesbos, constitui exceção. O diálogo de Ischomaque a sua jovem esposa, relatado no *Economiques* de Xenofonte, traduz bem as condições da educação da mulher: “que viva sob uma estreita vigilância, veja o menor número de coisas possível, ouça o menor número de coisas possível, faça o menor número de perguntas possível”. E até Menandro aconselha a mulher honesta a ficar dentro de casa, pois “a rua é para a mulher sem valor”¹⁰.

O dentro e fora de casa resume, então, o segundo argumento de Sullerot para explicar as desvantagens da mulher na sociedade. No labor fora de casa, a mulher não consegue, como vimos, escapar da ameaça de se imiscuir num universo sexual degradante, risco esse propalado pela mentalidade masculina. Ainda mais quando, pelo trabalho longe do lar, a mulher pode conquistar respeito e se tornar útil à sociedade. Sullerot recorda que “na Antiguidade e durante a Idade Média, os ‘ateliers’ de servas e operárias indefesas são considerados antecâmaras da prostituição. A escrava, a serva, a criada e, mais tarde, a operária, estão ao serviço do mestre, de manhã à noite, e de noite até de manhã”¹¹.

⁸ Evelyne Sullerot, op. cit., p. 41. A autora nota, curiosamente, que “o que é reservado à mulher é considerado como infamante para o homem”.

⁹ E. Ardaillon. *Les mines du Laurion, dans l'Antiquité*. Apud Sullerot, op. cit., p. 44.

¹⁰ Apud Sullerot, op. cit., p. 45.

¹¹ Evelyne Sullerot, op. cit., p. 32.

É importante observar, com Sullerot, o equívoco que se forma, desde a origem das sociedades históricas, entre trabalho e prostituição e para o fato de que “o trabalho da mulher parecia ser a causa da prostituição, já que qualquer mulher, fora de sua casa, era, em potência, ‘mulher sem valor’. O sexual sempre esteve intimamente ligado ao econômico, quando se tratava de mulheres”¹².

Uma rápida passagem pela História mostra que, fisicamente, as mulheres eram resistentes, desmitificando assim a noção de sexo frágil. Simone de Beauvoir, por exemplo, encontra em Heródoto, precisamente nas descrições relativas às amazonas do Daomé e em outros testemunhos antigos e modernos, a presença feminina em guerras e vinganças sangrentas, com a mesma coragem e crueldade dos homens¹³. É ela quem menciona a fúria de algumas mulheres que chegavam a morder ferozmente o fígado de seus inimigos. Contudo, por mais robustas que fossem as mulheres, Beauvoir argumenta que “as servidões da reprodução representavam para elas um terrível ‘handicap’: conta-se que as amazonas mutilavam os seios, o que significava que, pelo menos durante o período de sua vida guerreira, recusavam a maternidade”¹⁴.

As mulheres que aceitavam a gravidez, o parto e a menstruação sabiam que sua capacidade de trabalho estava comprometida e passivamente se condenavam a longos períodos de impotência. Mais que isso. Para a defesa contra os inimigos, para assegurar sua manutenção e a da prole, tais mulheres necessitavam da proteção dos guerreiros, além do produto da caça e da pesca a que se dedicavam os homens. “Como não havia evidentemente nenhum controle dos nascimentos”, pondera Beauvoir, “como a natureza não assegura à mulher períodos de esterilidade como às demais fêmeas de mamíferos, as maternidades repetidas deviam absorver a maior parte de suas forças e de seu tempo”¹⁵.

Beauvoir lembra ainda que as hordas primitivas quase não davam valor a sua posteridade. Na condição de nômades, sem território fixo, sem posses, sem a noção de “raízes”, esses povos não poderiam conceber a idéia do ser estável, da permanência, da continuidade. Em suma, não tinham noção de sobrevivência individual nem se reconheciam na descendência. Não temendo a morte e não reclamando herdeiros, os filhos seriam considerados mais como encargos que como riquezas. A prova, de acordo com Beauvoir, está nos numerosos infanticídios entre os povos nômades e nos recém-nascidos que morriam por falta de higiene em meio à indiferença geral.

A mulher que engendra, diz a autora, “não conhece pois o orgulho da criação; sente-se o joguete passivo de forças obscuras, e o parto doloroso é um acidente inútil e até importuno. Mais tarde, deu-se maior importância ao filho. Contudo, engendrar e aleitar não são atividades, são funções naturais; nenhum projeto nelas se empenha. Eis por que nelas a mulher não encontra motivo para uma afirmação ativa de sua existência: ela suporta passivamente seu destino biológico. Os trabalhos domésticos a que está voltada, porque só eles são conciliáveis com os encargos da maternidade, encerram-na na repetição e na imanência; reproduzem-se dia após dia sob forma idêntica que se perpetua quase sem modificação através dos séculos; não produzem nada de novo. O caso do homem é radicalmente diferente; ele não alimenta a coletividade à maneira das abelhas

¹² Idem, op. cit., p. 33.

¹³ Simone de Beauvoir. *O segundo sexo*, vol. I, pp. 26-27.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 90.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 90.

operárias através de simples processo vital e sim com atos que transcendem sua condição animal”¹⁶.

Beauvoir reconhece na figura do guerreiro aquele que oferece sua própria vida em favor do grupo a que pertence, provando que a vida não é tão importante assim e que deve ser dirigida para objetivos mais nobres que ela própria. Logo, “não é dando a vida, é arriscando-a que o homem se ergue acima do animal; eis por que, na humanidade, a superioridade é outorgada não ao sexo que engendra e sim ao que mata”¹⁷.

A chave de todo o mistério, segundo Beauvoir, reside nesse fato. “No nível da biologia é somente criando-se inteiramente de novo que uma espécie se mantém; mas essa criação não passa de uma repetição da mesma Vida sob formas diferentes. É transcendendo a Vida pela Existência que o homem assegura a repetição da Vida: com essa superação, ele cria valores que denegam qualquer valor à repetição simples”¹⁸.

HERANÇA DE SILÊNCIOS

Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy¹⁹ assinalam que é a luta pelo poder que funciona como a causa da perseguição da mulher e de sua ausência na atividade de trabalho, que se iniciou na Idade Média e se estendeu até o século XVI, impondo, na história da mulher, uma herança de silêncios. Segundo as autoras, foi nesse período que Nicolas Remy se orgulhou de mandar queimar 900 bruxas. E Jules Michelet, autor de *Sobre as feiticeiras*, conta que a cidade de Genebra, por ordem de seu bispo, queimou, em 1515, no período de três meses, 500 mulheres. Também o Bispado Bamberg, na Alemanha, é o responsável pela queima, de uma só vez, de 600 feiticeiras e o de Wurtzburgo, de 900.

Atente-se ainda para mais algumas observações mencionadas pelas autoras citadas. A inferioridade da mulher era medida sob diversos ângulos. Ambroise Paré, por exemplo, médico e cientista do século XVI, atesta que os órgãos sexuais femininos tornam as mulheres “disformes e vergonhosas quando nuas” e acrescenta:

“porque o que o homem tem externamente a mulher o tem internamente, tanto por sua natureza quanto por sua imbecilidade, que não pode expelir e por para fora estas partes”.

Nem mesmo a menstruação escapa de suas observações. Confronta a temperatura da mulher com a do homem e a considera fria, razão pela qual a alimentação não se modifica em sangue bom, “tanto que a maior parte se torna indigesta e se transforma em menstruações, das quais a mulher

¹⁶ O “homo-faber” constitui um inventor desde a origem dos tempos, de acordo com Beauvoir (op. cit., pp. 91-92). O homem não se entretém apenas em levar para o lar os peixes que pesca. Fabrica pirogas: “para apossar-se das riquezas do mundo, ele anexa o próprio mundo. Nessa ação, experimenta seu poder: estabelece objetivos, projeta caminhos em direção a eles, realiza-se como existente. Para manter, cria; supera o presente, abre o futuro. Eis por que as expedições de caça e pesca assumem um caráter sagrado”.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 92.

¹⁸ Idem, ibidem, p. 92.

¹⁹ Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy. *O que é feminismo*, pp. 19-25.

sadia se purga e se limpa”. O inquisidor Leonard de Vair, em 1583, relata, também, no livro *Trois livres des charmes, des sorcelages et enchantements* que “mensalmente elas se enchem de elementos supérfluos e o sangue faz exalar vapores que se elevam e passam pela boca, pelas narinas e outros condutos do corpo, lançando feitiços sobre tudo que elas encontram”.

Um outro inquisidor, Jacques Sprenger, lança, no final do século XV, seu manual de caça às bruxas: o *Malleus maleficarum*. Em suas investigações, pelas múltiplas torpezas, promana que a mulher é mais carnal que o homem, já que “existe um defeito na formação da primeira mulher, pois ela foi feita de uma costela curva, torta, colocada em oposição ao homem. Ela é, assim, um ser vivo imperfeito, sempre enganador”, analisa.

Mas nenhum desses discursos fundamenta-se no cientificismo. Pelo contrário. A fala da autoridade médica se alia à fala religiosa. E esses discursos, ao invés de constituírem uma reflexão sobre a natureza feminina, não passam de simples “exortações a conformar-se naquilo atrás do qual estão os interesses poderosos”, como afirma Adorno ao citar Platão.²⁰

O cumprimento de papéis na época estava por se inverter. À mulher cabia exercer o ofício de curandeira e parteira. Só que, nesse período, o homem começa a desempenhar também tal prática e a mulher, então, seria sua natural concorrente, dividindo uma clientela que o homem não estava disposto a partilhar. Novamente, delineia-se a luta pelo poder, com o apoio das “forças divinas” que deveriam expelir da sociedade tudo o que fosse “demoníaco”.

A pesquisadora June E. Hahner, historiadora norte-americana que se dedicou ao exame dos movimentos pelos direitos da mulher e do movimento sufragista no Brasil, alerta para pontos importantes no seu estudo sobre assuntos relacionados à mulher²¹. Considera que a desatenção ou negligência ao sexo feminino é motivada pela história tradicional e por aqueles que a escrevem. Desde que a cultura na sociedade sempre foi transmitida pelos homens, a seleção dos fatos e o registro histórico obedeceram, conseqüentemente, a uma perspectiva masculina. E tudo o que se relaciona às atividades do segundo sexo, sem falar no seu modo de pensar e agir, seria considerado sem significado e até indigno de menção. Essa constatação - a de que as teorias e análises dos especialistas do trabalho humano nunca abordaram de maneira substancial o ponto de vista feminino - encorajou também Sullerot a questionar e publicar suas reflexões na obra *A história e a sociologia da mulher no trabalho*.

Há muito ainda que registrar sobre o percurso do trabalho da mulher na História. Os fatos aqui selecionados obedeceram ao único propósito de ilustrar a formação de mitos a serem reforçados pela imprensa feminina e pelas publicações populares. Vale, no entanto, ressaltar que, de produtora, a mulher rainha do lar, envolvida nos afazeres domésticos, passou a ser consumidora de produtos manufaturados. E, surge, por assim dizer, o termo “ocupação”. Fazer compotas, pão, doces ou confeccionar cortinas, roupas, na sociedade industrializada, não é rendoso. Tampouco adquirir tais produtos significa atividade produtora.

²⁰ Theodor Adorno. A indústria cultural. In Gabriel Cohn (org.), *Comunicação e indústria cultural*, p. 293.

²¹ June E. Hahner. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*, pp. 15 e 21. A pesquisadora frisa que “a história das mulheres desilude-nos da noção de que a história da mulher seja a mesma que a história dos homens, e de que os pontos de mudança significativos na história exercem o mesmo impacto num sexo como no outro”.

Quando o trabalho não era valorizado, as mulheres trabalhavam. E muito! No entanto, quando o trabalho passou a ser considerado, as portas se fecharam para a mão-de-obra feminina. É o Outro que vai trabalhar, no dizer de Simone de Beauvoir. E as mulheres não se firmaram como Sujeito da História.

MULHER DE MAU HUMOR

A trajetória da mulher brasileira também sofreu distorções, adquiriu estereótipos, ficou à margem.

Os registros da presença feminina em quaisquer setores da vida social e política no Brasil são escassos, inclusive os de jornais feministas brasileiros do século XIX, fato esse que dificulta o trabalho de pesquisa.

Apoiando-se em relatos de viajantes estrangeiros, June E. Hahner traça um perfil da brasileira do século XIX²². O marido detinha o poder. Rodeado de escravas concubinas, o chefe de família exercia seu mando sobre filhos e esposa. Ela, restrita ao lar, procriava incessantemente. Passiva, foi se tornando indolente, gorda e mal-humorada.

Essa imagem - da mulher obesa e de humor instável - molda praticamente a mulher da Corte. Nas classes menos abastadas, entretanto, o trabalho feminino era necessário e sua liberdade fugia ao controle opressor. Observações como a do reverendo Robert Walsh²³, quando de sua viagem por Minas Gerais, no fim da década de 1820, podem atestar tal diferença. Walsh deparou-se com mulheres viúvas, esposas de fazendeiros, que, por questões de sobrevivência, dirigiam as fazendas e os escravos, incorporando fielmente o papel e os encargos do marido. As exceções, a exemplo desse caso, podem ser verificadas nas mais diversas classes sociais. Contudo, apesar dos esforços motivados pela necessidade material ou pela sede de liberdade, o Direito Civil brasileiro estabelecia que as mulheres eram menores perpétuos e, assim sendo, mesmo as mais vanguardistas não escapariam aos impositivos da lei. Continuariam a ser subalternas, ingênuas e inconseqüentes.

Procurando superar a condição imposta pela sociedade patriarcal, o de reprodutora e organizadora do lar, algumas mulheres destacam-se no cenário do Brasil da primeira metade do século passado. Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida no Rio Grande do Norte, em 1809, com justiça, é uma das primeiras feministas do país. Atuou no magistério e chegou a fundar uma escola no Rio de Janeiro, que funcionou por 17 anos. Nísia era a favor da liberdade de religião e da abolição da escravatura. Defendia o direito da mulher à educação. Dinâmica, publicou, em 1832, *Uma reivindicação pelos direitos da mulher*, tradução da obra da feminista inglesa Mary Wollstonecraft. E também um livro de preceitos e conselhos morais para moças, em 1842: *Opúsculo humanitário*.

²² Idem, *ibidem*, pp. 28-29.

²³ Cf. Miriam Moreira Leite. *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX. Um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1982. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Londres, Frederick Westley and A. H. Davis 1830. 2v. II:28. Apud June E. Hahner, *op. cit.*, p. 28.

Com a vinda da família real para o Brasil, a urbanização se intensifica. A exportação de tecnologia propicia a construção de ferrovias. A navegação a vapor ganha impulso e o advento do telégrafo acena novos rumos. A imprensa acelera o processo de transmissão de conhecimento e a vida nas metrópoles conhece outras necessidades. Diversos centros são incentivados pelo espírito de progresso, delineando nitidamente características entre a sociedade urbana e rural. Em virtude de novos padrões, adorados pelas classes mais privilegiadas, a educação é permeada às mulheres. As disparidades, todavia, não se extinguem. Hahner fornece números esclarecedores, embasada no livro de Rui Barbosa, *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*, editado em 1947. No ano de 1873, havia 5.077 escolas primárias, entre públicas e particulares. Dos alunos matriculados, 114.014 eram meninos e apenas 46.246, meninas. Há que considerar que, nas famílias abastadas, a instrução se fazia em casa. Mas o que fica é a prerrogativa dominante de inferioridade feminina e de domínio sobre seus horizontes.

Luccock²⁴ informa que as leituras das mulheres não deveriam ultrapassar a fronteira dos livros de orações. Tampouco deveriam escrever, “a fim de que não fizessem um mau uso da arte”. Semelhantes às hetairas em tempos mais avançados, foi liberado, pouco a pouco junto ao aprendizado de prendas domésticas - para o aprimoramento de dotes no preparo de quitutes e no manuseio da agulha -, o estudo do francês e do piano, para o deleite da vida em sociedade.

Criada para o casamento, a mulher brasileira, já no final do século XIX, empreende esforços para participar da vida política, tendo o direito de escolher representantes para o Governo. Com a Proclamação da República, a mulher pensou que suas reivindicações fossem atendidas. Mas não. Na Assembléia Constituinte de 1891, o voto feminino foi defendido por pequena minoria. A discussão só seria retomada em 1910, com a professora Leolinda de Figueiredo Daltro, na luta pelo direito político da mulher. Na década de 20, com a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, mais tarde denominada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Bertha Lutz empreende esforços pela conquista da cidadania, pela conscientização e pelos direitos políticos da mulher, incluindo aí o direito ao voto.

Gradativamente, o direito ao voto foi sendo conquistado nos Estados. Em nível nacional, a conquista definitiva se deu no ano de 1932, com o novo Código Eleitoral Brasileiro, no governo de Getúlio Vargas. No ano seguinte, é eleita a primeira deputada para a Assembléia Constituinte: a médica paulista Carlota Pereira de Queiróz.

A mobilização da mulher em busca de seus direitos não esteve ausente das páginas de jornais. O espaço na imprensa, desde o século passado, ganhou impulso com a iniciativa audaciosa de algumas pioneiras em editar periódicos. “As feminsitas também consideraram a imprensa um meio importante de difusão do saber, e insistiram em que as mulheres lessem jornais para conhecer seus direitos e obrigações”²⁵.

A imprensa feminista luta pelos direitos das mulheres. Trata-se de uma imprensa de combate e seu papel é claro. Mas, a outra, a imprensa feminina, cujo primeiro periódico do gênero - o *Lady's Mercury* -foi criado na Inglaterra, em 1693, vende, além de seus produtos, idéias e comportamentos.

²⁴ Da obra *Notes on Rio de Janeiro*, p. 111. Apud June E. Hahner, op. cit., p. 32.

²⁵ June E. Hahner, op. cit., p. 51.

Eclética, a imprensa feminina cumpre o papel de informar os últimos lançamentos ou de divulgar as novidades do mundo que rodeia a mulher. Mas, ao revelar as inúmeras receitas - de como se vestir, ser elegante, preparar uma recepção, conseguir emprego, conquistar namorado, ser boa mãe, fazer o filho comer, ser sedutora - existe uma história subjacente que guarda, conserva e veicula mitos.

A linguagem das publicações populares dirigidas ao público feminino, construída no tom de conversa íntima, não ultrapassa o “apartheid” no qual a mulher foi condenada a viver. Mesmo prestando serviço, distraindo e informando, os veículos femininos quase sempre não possuem o propósito de modificar o mundo. Essas publicações trabalham em cima do repertório de seu público, e são ajustadas pelo estereótipo e pela publicidade. Em suma, como quer Dulcília Buitoni²⁶, muitos veículos femininos “são dirigidos à maioria silenciosa que se interessa mais pelas rugas do rosto do que pelas injustiças sociais. As contradições quase não aparecem ou são diminuídas”.

Paul F. Lazarsfeld e Robert K. Merton²⁷, contudo, acreditam que uma massa politicamente apática e inerte não está nos interesses da complexa sociedade moderna. Mas, diante do intenso fluxo de informações veiculadas pelos meios de comunicação, as pessoas acompanham as transformações que ocorrem no mundo, mas não se sentem impulsionadas à ação. Parece que o público não realiza uma ligação entre a ação intelectualizada e a ação social organizada.

O mesmo processo se dá em relação à imprensa feminina e às publicações populares dirigidas à mulher. Para elas, o contato secundário com o mundo da realidade política, as leituras, audições e reflexões são uma atividade vicária. O público feminino de tais veículos confunde conhecimento dos problemas com ação em relação a eles. A consciência social permanece tranqüila, já que a leitora está preocupada e informada sobre o que acontece a sua volta. Mas não empreende ação alguma para modificar o de que gostaria.

A imprensa feminina, eclética, cumpre, pois, o papel de informar suas leitoras sobre os últimos lançamentos ou das novidades em quaisquer setores da vida que digam respeito ao mundo da mulher. No intuito de divulgar um produto ou de democratizar receitas – estratégia bem ao gosto popular – sobre como se vestir, ser elegante, preparar uma festa, conseguir emprego, conquistar namorado, ser boa mãe, as publicações dirigidas à mulher despertam a atenção, divertem e sustentam uma expectativa. Mas, não forçam mudanças na vida. Simplesmente veiculam os padrões que a sociedade admite como corretos, mantendo e ampliando o papel tradicional da mulher.

²⁶ Dulcília Buitoni. *Imprensa feminina*, p. 78.

²⁷ Paul F. Lazarsfeld e Robert K. Merton. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: Bernard Rosenberg e David Manning White (org.). *Cultura de massa*, pp. 532-536.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1982.
- ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo, Abril Cultural e Brasiliense, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo, Círculo do Livro, s.d.
- BARROSO, Carmen. *Mulher, sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo, Brasiliense e Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, 1982.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo, Difel, 1987.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo, Ática, 1986.
- COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. São Paulo, Nacional, 1975.
- FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo, Cortez, 1989.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS COM O APOIO DA FUNDAÇÃO FORD. *Mulher brasileira bibliografia anotada*, vol. 2. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LEITE, Miriam Moreira. *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX. Um índice de referência em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1982.
- ROSENBERG, Bernard e WHITE, David Manning (org.). *Cultura de massa. As artes populares nos Estados Unidos*. São Paulo, Cultrix, 1973.
- SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- SULLEROT, Evelyne. *A história e a sociologia da mulher no trabalho*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1970.